

Notas para compreender o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)

Notes to understand the Basic Education Development Index (IDEB, in Portuguese)

Prof. Esp. William Medeiros¹

Prof. Ms. Tanuska Konigami¹

Prof. Dr. Ivan Fortunato¹

¹NuTECCA, IFSP Itapetininga, william.medeiros@ifsp.edu.br

Submetido em 24/11/2015

Revisado em 29/03/2016

Aprovado em 02/04/2016

Resumo: O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa “(Re)pensando políticas educacionais”, do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Ensino, Ciência, Cultura e Ambiente, o NuTECCA, do Instituto Federal de São Paulo – campus Itapetininga. Esta pesquisa de revisão tem por objetivo promover questionamentos sobre a validade do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB, além de analisar seus possíveis impactos na qualidade da educação nacional. Ao final, fica a ideia de que utilizar os resultados do IDEB significa compreender seu mecanismo antes de tomá-lo como oportunidade de associá-lo às transformações necessárias no sentido de fortalecer a qualidade da escola pública democrática.

Palavras chave: IDEB. Educação. Política Educacional.

Abstract: This paper is part of the research project “(Re) thinking educational policies” of the Transdisciplinary Studies Center for Education, Science, Culture and Environment, the NuTECCA (in Portuguese), from the Federal Institute of São Paulo – campus of Itapetininga. This research review aims to promote questions about the validity of the Basic Education Development Index, the IDEB (in Portuguese), and analyzing its impact on the quality of national education. At the end, it is stated that the use the results of IDEB means understanding its mechanism before taking it as an opportunity to associate it to the necessary changes to strengthen the quality of democratic public school.

Keywords: IDEB. Education. Education Policies.

O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa “(Re)pensando políticas educacionais”, do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Ensino, Ciência, Cultura e Ambiente, o NuTECCA, do Instituto Federal de São Paulo – campus Itapetininga. Esta pesquisa de revisão tem por objetivo promover questionamentos sobre a validade do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB, além de analisar seus possíveis impactos na qualidade da educação nacional.

Segundo Fernandes (2010), foi na década de 1990 que surgiram avaliações oficiais para mensurar a qualidade da educação nacional, tais como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Exame Nacional de Cursos (ENC/PROVÃO) etc. Assim, a partir da primeira década deste século as avaliações se intensificaram, sendo estabelecido, dentre outros, o IDEB. Este índice, esclarece o INEP (2010), é um indicador de fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações, sendo calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar. De acordo com o exposto no Decreto Federal no. 6094, de 24 de abril de 2007, sobre o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, artigo terceiro:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre o rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica – ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

O IDEB, calculado conforme as variáveis mencionadas na citação anterior, está escalonado de zero a dez, tendo sido estipulada pelo Governo Federal a meta de se conquistar nota mínima “6,0” para as escolas até 2021. Tal meta, explica Fernandes (2010), foi determinada porque esta é a nota média dos países desenvolvidos, especificamente os que compõem a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Foram também formuladas e definidas metas intermediárias para escolas, municípios e estados, a partir da meta nacional, aplicando-se às notas iniciais uma função, cujas variáveis são o tempo e o próprio IDEB.

Segundo Silva (2010, p. 2) o “[...] Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) lançado em 2007 como uma política nacional de monitoramento da educação, agrega dois fatores inegáveis da qualidade: a aprovação e a aprendizagem”. Esses fatores, teoricamente, objetivam a idealização do sistema de educação formal, direcionando todos os seus esforços para o aprendizado dos estudantes. A crítica ao sistema educacional refere-se à sistemática de reprovação, ocasionando indesejável evasão na educação básica. Especificamente quanto ao ensino médio, as críticas são direcionadas ao fato dos estudantes não apresentem o grau de aprendizado recomendado. Assim, na interpretação dada por Fernandes (*apud* Paz, 2010, p. 12), “um sistema ideal seria aquele no qual todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem os estudos precocemente e, ao final de tudo, aprendessem”.

Tendo-se em vista esse sistema ideal, Juan Delval (*apud* Koga, 2014, p. 2) afirmou que um ponto chave na questão de indicadores como o IDEB, é que as instituições escolares passaram a se preocupar muito mais com a pontuação obtida do que com o ensino de qualidade e a formação crítica dos estudantes. Isso pode ser esclarecido pelo estudo de Freitas *et al* (2011), realizado em redes municipais, no qual se identificou que o aumento dos recursos financeiros aplicados em melhorias materiais, administrativas etc., estão diretamente relacionados aos altos índices de pontuação no IDEB.

Segundo Paz (2009, p. 25), a partir da forma como o IDEB se apresenta, este índice tomará direções ainda pouco previsíveis, sendo impossível vislumbrar se tal direção será positiva ou não. O autor, no entanto, enfatiza a necessidade de se ter como expectativa de que os fatos históricos e as discussões entre as instituições envolvidas chegarão a resultados cada vez

melhores e mais efetivos. Assim, uma das possíveis consequências positivas do IDEB, enraizada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), é a “priorização de sistemas e escolas que apresentaram os índices mais baixos, algo inverso ao convencionalmente praticado por alguns países, pois as escolas que apresentam os melhores resultados recebem mais recursos” (MEC, *apud* Duarte, 2010, p. 346).

Historicamente, desde sua implementação em 2005, o IDEB tem demonstrado aumento na “qualidade” da educação nacional. No ano de estreia, o Brasil obteve “3,8” pontos e, em 2007, a média alcançada foi de “4,2”. Tal pontuação ainda está distante da média de “6,0” pontos aferida nos países desenvolvidos da OCDE. Em termos gerais, todas as regiões apresentaram resultados presumidos, com destaque para a região Nordeste cuja nota passou de “2,9”, em 2005, para a média de “3,5”, em 2007; nota substancialmente acima da média prevista de “3,0”. O destaque negativo foi para o estado de Minas Gerais, que não atingiu a meta prevista entre a primeira e a quarta séries.

Todavia, dentre os mais de cinco mil municípios analisados, somente 64 apresentaram resultados qualitativos compatíveis com o ensino público de países desenvolvidos, sendo que dos quinze municípios que apresentaram as melhores notas, apenas um não era do estado de São Paulo. Interessante anotar que os dois primeiros colocados, os municípios de Adolfo e Santa Fé do Sul, ambos do estado paulista, em apenas dois anos aumentaram sua média em aproximadamente três pontos. Tal notável evolução pode ser analisada sob a ótica de Fernandes (2007, p. 8), que afirmou que “não se pode descartar a possibilidade de as escolas e/as redes de ensino adotarem medidas que melhorem o fluxo e piorem o desempenho nos exames padronizados e vice-versa”, ou mesmo medidas que mascarem sua real condição, mas que tragam bons resultados no índice.

Nesse caso, ao considerar o fluxo como variável, o IDEB pode incentivar professores, diretores de escolas e gestores de rede a adotarem medidas que impliquem redução no padrão de retenção, por exemplo. Talvez seja por conta dessas possíveis manobras que se verifica, em todo o território nacional, uma contínua diminuição no índice de reprovação, ampliando o valor global do IDEB. Ainda, com relação aos *scores* dos alunos nas provas oficiais, o índice pode promover incentivos como preparação extra para os exames no contra turno, ou mesmo substituição de estudos importantes para realização de simulados etc. tornando o espaço privilegiado de formação da cidadania e preparação para o mercado de trabalho da educação formal em local de treino para provas oficiais.

Para Alavarse *et al* (2011), a observação pura e simples da pontuação final das escolas pode distorcer o que efetivamente acontece em termos de apreensão e domínio dos conteúdos escolares e do desenvolvimento da cidadania. Por exemplo, no estudo de Fernandes (2010), realizado em 39 escolas municipais de ensino fundamental na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, alguns aspectos importantes foram levantados referentes à Prova Brasil, sendo esta uma das variáveis que compõe a nota do IDEB. Primeiro, foi anotado que a sua elaboração pode facilitar ou dificultar o alcance da nota mínima esperada. Em seguida, foram identificadas as seguintes distorções na aplicação da Prova Brasil: somente os alunos com as maiores notas realizam a Prova, a inabilidade no preenchimento do cartão de marcação, dificuldades na realização da prova por conta de sua extensão etc.

Consideremos o exemplo, apresentado por Paz (2009), da Escola Municipal Elisabeth Maria Cavaretto de Almeida, localizada no município de Santa Fé do Sul (SP), declarada como melhor escola brasileira na época, com “8,6” pontos no IDEB de 2007. Essa escola, em 2005, apresentou média de “2,6” pontos somente. É questionável essa situação: como uma escola

conseguiu elevar sua média em “6,0” pontos, enquanto a média nacional de evolução foi de apenas “0,4” pontos?

Assim, o debate sobre a eficácia do IDEB e o relativo desenvolvimento da qualidade do ensino público está na questão do envolvimento das taxas de aprovação e melhor desempenho na Prova Brasil. Ao final, a realização desta revisão bibliográfica permitiu reconhecer o surgimento do IDEB, a sua forma de organização e avaliação como indicador de qualidade da educação nacional. No entanto, considera-se imprescindível verificar a validade dos dados obtidos, tendo em vista que distorções são possíveis e podem afetar diretamente os resultados finais. Por isso, utilizar os resultados do IDEB significa compreender seu mecanismo antes de tomá-lo como oportunidade de associá-lo às transformações necessárias no sentido de fortalecer a qualidade da escola pública democrática.

Referências

ALAVARSE, O. M.; MACHADO, C.; OLIVEIRA, A. S. Quais as fronteiras da qualidade do Ideb: Um estudo sobre a Rede Municipal de Ensino de São Paulo. 34ª Reunião Anual da ANPED, Rio de Janeiro: **Anais...**, 2011.

DUARTE, N.; O impacto da pobreza no Ideb: um estudo multinível. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos RBEP-INEP**, v. 94, p. 343-363, 2013.

FERNANDES, C. F. R. O Ideb e a Prova Brasil na gestão das escolas municipais de Vitória – ES. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos RBEP-INEP**, v. 94, p. 343-363, 2010.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FREITAS, D. N. T.; REAL, G. C. M.; BARUFFI, A. M. Z.. Resultados positivos do Ideb em redes escolares municipais: evidências de estudo exploratório. 34ª Reunião Anual da ANPED, Rio de Janeiro: **Anais...**, 2011.

INEP. PORTAL IDEB. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>. Acesso em ago. 2015.

KOGA, V. T.; As estratégias de estudo e aprendizagem utilizadas por alunos em escolas de maior e menor IDEB. X Anped Sul. Florianópolis: **Anais...**, 2014.

PAZ, F. M. O Ideb e a Qualidade da Educação no Ensino Fundamental: indicadores e causas de sucesso no município de Santa Fé do Sul. In: XI Seminário de Pesquisa, UNESP. Marília: **Anais...** 2009.

SILVA, E. P. I. D.; O IDEB enquanto referencial de pesquisa no âmbito acadêmico: usos e concepções. X Anped Sul. Florianópolis: **Anais...**, 2014.

VALPASSOS, Caroline Falco Fernandes. O IDEB e a prova Brasil na gestão das escolas municipais de Vitória-ES. 33ª Reunião Anual da Anped. Caxambu: **Anais...**, 2010.